OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE Nº. 002/2023 – TJPA//
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, na Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado por sua Secretária de Administração, em obediência à PORTARIA nº 451/2020-GP que delegou à titular da Secretaria de Administração, nos termos do artigo 21 da Lei Estadual nº 8.972/2020, a aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e 7º da Lei nº 10.520/2002, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no que se refere ao pedido de sanção realizado no processo PA-PRO-2022/02393.01, assim decidiu: "ACOLHO o parecer da Assessoria Jurídica desta Secretaria de Administração e DECIDO APLICAR a sanção de MULTA no valor de R\$ 5.717,49 (cinco mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos), à empresa OH Projetos - Serviços de Construção Civil EIRELI, por descumprimento das obrigações contidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 018/2022, com base nos documentos e manifestações acostados aos autos, e por tudo o que foi observado no referido parecer, cuja motivação e fundamentação integra este ato decisório."// Belém, 17 de janeiro de 2023. // Débora Moraes Gomes – Secretária de Administração do TJPA.

Protocolo: 898733**R E S O L V E:**

CONCEDER à servidora LAIZE BARBOSA MOURA FERREIRA, Auditor de Controle Externo, matrícula nº 0101044, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, nos termos do artigo 77, III c/c o § 1º do artigo 88, da Lei nº 5.810/94, no período 05-01 a 03-07-2023.

ANNA MARIA MALCHER GILLET
Secretária de Gestão de Pessoas em exercício

Protocolo: 898796**CONTRATO****EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº: 05/2023**

DATA ASSINATURA: 25/01/2023

OBJETO: Contratação de serviços continuados para atendimento à atividade meio de diversos segmentos deste Tribunal, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra conforme especificações constantes no Termo de Referência.

ORIGEM: Dispensa nº 01/2023

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93

VALOR MENSAL: R\$ 497.431,65

VIGÊNCIA: 25/01/2023 à 24/07/2023

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Gestora:

020101 - Tribunal de Contas do Estado

01.032.1455 6.267 - Operacionalização das Ações Administrativas

Fontes:

01 - Recursos Ordinários

12 - Receita Patrimonial - Outros Poderes

Natureza da Despesa:

3390.37 - Locação de Mão de Obra

2023.020101DC000005

CONTRATADA: KAPA CAPITAL FACILITIES LTDA

ENDEREÇO: Rod. Augusto Montenegro, Loteamento Parque dos Coqueiros,

1 - Bairro Coqueiro, CEP. 67.115-000, Ananindeua/PA

CNPJ Nº: 13.279.768/0001-98

ORDENADORA: Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Protocolo: 898757**FÉRIAS****PORTARIA Nº 39.786, DE 25 DE JANEIRO DE 2023.**

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o disposto no art. 119, §2º, da Constituição do Estado do Pará e no art. 6º, § 5º da Lei Estadual nº 7.588, de 28 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO o Memorando nº 004/2023- GCLCT, de 23 de janeiro de 2023, protocolizado sob o Expediente nº 001158/2023,

R E S O L V E:

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Exmo. Sr. Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, matrícula nº 0100828, referentes ao 1º e 2º período do exercício de 2023, que estavam agendadas para os períodos de 30 de janeiro a 28 de fevereiro de 2023, e de 01 a 30 de março de 2023.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Presidente

Protocolo: 898801**OUTRAS MATÉRIAS**

O Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2022, tomou a seguinte decisão:

ACÓRDÃO N.º 64.167**(Processo TC/012872/2022)****Assunto:** AGRAVO REGIMENTAL**Agravante:** JOZILEIDE MARTINS NORONHA FLEURY**Relatora:** Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 1º, inciso XX, da Lei Complementar nº 81 de 26 de abril de 2012, conhecer do Agravo Regimental interposto por JOZILEIDE MARTINS NORONHA FLEURY, servidora efetiva deste Tribunal, e dar-lhe provimento para julgar procedente o recurso administrativo interposto e validar o curso de pós-graduação realizado pela recorrente, para fins de adicional de qualificação, no percentual de 10% (dez por cento).

Protocolo: 898557**LEGISLATIVO****ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ****DECRETO Nº.1681/2022 – MD/AL**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E:

APOSENTAR, com base nas disposições do art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único; art.2º e 5º da Emenda Constitucional nº.47/2005; art. 33, § 1º, III, "a", da Constituição do Estado do Pará; Lei 5.312/86; art.131, § 1º, XII da Lei Estadual nº 5.810/1994, Decreto Legislativo nº 70/90; Resoluções 67/91 e 09/93; Resolução nº.10/91; Decreto Legislativo nº.04/2012, Resolução nº.02/2013; Decreto Legislativo, nº 35/15; Decreto Legislativo nº 11/2017; e Ato da Mesa nº.23/22, a servidora MARIA DE NAZARÉ CUNHA BARROS, matrícula nº.284, no cargo de ANALISTA LEGISLATIVO/ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA - Código e Nível PL.AL.070, do Quadro Suplementar de Provedimento Efetivo, com proventos mensais integrais compostos das seguintes parcelas:

- Vencimento - (18 Referências).....R\$ - 5.950,49

- Gratificação Dedicção Legislativa - (80%).....R\$ - 4.760,39

- Adicional de Tempo de Serviço - (60%)..... R\$ - 6.426,53

TOTAL DE PROVENTOS MENSALIS.....R\$ 17.137,41

TOTAL DE PROVENTOS ANUAIS.....R\$205.648,92

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Belém-Pa, em 17 de agosto de 2022.

Deputado FRANCISCO MELO - CHICÃO

Presidente

Deputada PROFª.NILSE PINHEIRO

1ª Secretária

Deputada DILVANDA FARO

2ª Secretária

Protocolo: 899061**TRIBUNAIS DE CONTAS****TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ****LICENÇA MATERNIDADE****PORTARIA Nº 39.784 DE 25 DE JANEIRO DE 2023.**

A Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições de acordo com a PORTARIA nº 38.576/2022, e, CONSIDERANDO a solicitação da interessada através de documento protocolizado sob o nº 001116/2023,